

1 **Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte, às nove horas da manhã, reuniram-se de**
2 **modo on-line para a quarta reunião extraordinária do Conselho Estadual de Cultura (CONSEC)**
3 os seguintes conselheiros: João Evaristo Debiasi (SECC/PR), Luciana Casagrande Pereira Ferreira
4 (SEEC/PR), Anna Paula Zetola (FIEP/SIITEP/PR), Allan Rogério Gaitarosso (Macrorregião
5 Noroeste), Brendo Carvalho (Patrimônio Cultural), Caetano Pires Tossulino (Manifestação
6 Populares, tradicionais e Étnicas da Cultura), Deivid Carlos Santos Lima (Livro, Leitura e
7 Literatura), Dheferson dos Santos Ferreira (Macrorregião Oeste), Doraci Senger Luy (Dirigente
8 Municipal Centro Sul), Eder Fernando Nascimento (SEED/PR), Eliane Somacal Gauze (Dirigente
9 Municipal Sudoeste), Elietti de Souza Vilela (SEEC/PR), Fernando Rohnelt Durante (Dirigente
10 Municipal Campos Gerais), Gilmara Gastaldon Piantá (Macrorregião Litoral), Gehad Ismail Hajad
11 (Ópera), Giovanni Amaral Cosenza (Teatro), Giovanni Comodo (Audiovisual), Harrisson Camargo
12 (Dirigente Municipal Litoral), Hécio Luiz Wendler Kovaleski (Macrorregião Campos Gerais),
13 Joaquim Rodrigues da Costa (Dirigente Municipal Oeste), James Rios Oliveira Santos
14 (Universidades Estaduais do Paraná), Laércio Lopes de Araújo (SEFA/PR), Leonardo Franceschi
15 Ferreira (Música), Maristela Massaro Carrara Bruneri (SESC/PR), Norbert Heinz (Macrorregião
16 Centro Sul), Nelson Roberto Catucci (Macrorregião Nordeste), Pedro Augusto Pereira
17 Gonçalves (Dirigente Municipal Curitiba e região metropolitana), Rafael Torrente (Dirigente
18 Municipal Noroeste), Mariana Souza Bernal (CAC/SECC/PR), Silvio Kurzlop (Macrorregiões
19 Curitiba e região metropolitana), Soraya Lucas do Amaral (Macrorregião Nordeste), Thatianne
20 Andrea da Silva (Artes Visuais). Também participaram: Allan Kolodzieiski, Adriane Santos,
21 André Avelino da Silva, Daltron Moreira Rocha Neto, Gilberto Antônio de Souza Filho, Pedro
22 Furlan, Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki (Técnicos da SECC/PR). O Secretário e presidente do
23 CONSEC, cumprimentou a todos e contextualizou ser a quarta reunião extraordinária de
24 Cultura, informou que precisará se ausentar e transferiu a presidência da reunião a
25 superintendente de Cultura, Luciana, que cumprimentou a todos, realizou a chamada,
26 aprovação da ata, e leitura da pauta, sendo: apresentação do resultado do grupo de trabalho
27 da renda emergencial mensal, subsidio dos espaços de cultura, fomento, na sequência agenda
28 de eventos para implementação da Lei Aldir Blanc e informes gerais. Foi realizada a aprovação
29 da ata da 1ª reunião extraordinária do CONSEC, realizada no dia vinte e nove de maio de dois
30 mil e vinte, sendo realizada a chamada de forma nominal e aprovada por todos os conselheiros
31 presentes. Houve a apresentação do grupo de renda emergencial mensal pela Adriane, que
32 cumprimentou a todos e iniciou com o resultado prévio da pesquisa de percepção dos impactos
33 da Covid-19 nos setores Cultural e Criativo do Brasil – Paraná, até o dia cinco de julho foram:
34 186 respostas: 56,5% pessoa física, trabalhadores da cultura e 43,5% coletivo ou pessoa
35 jurídica, o maior volume de respostas foi dos seguintes municípios: Curitiba, tendo 69 , o
36 segundo Palotina com 26 e terceiro Foz do Iguaçu com 10, o interior está pulverizado, relatou o
37 resultado da redução de renda e informou uma atenção na percepção de redução/prejuízo
38 comparado a 100% da renda: 80% foi no faturamento de sete a nove mil e novecentos reais.
39 Das respostas que teve redução de 100%: 40% foram os trabalhadores que tinham um salário;
40 44% dos indivíduos cuja a renda entre 60% e 70% renda familiar: 65% no setor do teatro; 37,5%
41 de pessoas do gênero Masculino; 42,8% pessoas de cor negra e 60% indivíduos que cursaram
42 até o ensino fundamental completo, explicou que a coluna azul do gráfico seria a expectativa
43 do aumento de renda e até o ano de 2021, 5% dos participantes acreditam que não terão
44 novamente sua renda, sendo um cenário desolador. Resultado do benefício do auxílio
45 emergencial do governo federal, foi retirado no dia dezessete de julho, um extrato do Paraná,
46 foram distribuídos: dois bilhões, cento e trinta reais, sendo três bilhões e cem beneficiários,
47 dois milhões e setecentos receberam a parcela de seiscentos reais por mês e quatrocentos e

48 quatro mil, são mulheres de família monoparental, com parcelas de mil e duzentos reais por
49 mês. A secretária Geral, Elietti, informou que esse estudo foi realizado como base da estimativa
50 da demanda para renda emergencial estadual e impacto do Paraná. Distribuição por
51 macrorregião, o total geral de beneficiários foi: 3.145.466 com valor total do auxílio
52 emergencial sendo: R\$ 2.129.682.600, o maior volume é para macrorregião de Curitiba:
53 beneficiários – 940.074, já o valor total do auxílio emergencial seria R\$640.788.600, após a
54 macrorregião de nordeste: 533.874 beneficiários e o valor total do auxílio seria R\$359.092.800,
55 e na sequência as seguintes macrorregiões, sendo apresentado, o total de beneficiários e o
56 valor total do auxílio emergencial: Centro Sul: 238.372 – R\$ 161.328.600; Litoral: 102.435 – R\$
57 70.539.600; Campos Gerais: 266.591 – R\$ 183.372.600; Noroeste: 533.874 – R\$ 359.092.800;
58 Oeste: 378.447 – R\$ 255.622.800; Sudoeste: 164.065 – R\$ 111.841.200. Estimativa pela
59 população projetada pelo IBGE, sendo: 11.516.840; parcelas de população acima de 18 anos:
60 8.736.014, menos os beneficiários que receberam a renda emergencial mensal do governo
61 federal, total: 3.145.446, teria um total de população a receber de 5.590.568 e foi explanado
62 sobre o exercício, segundo fonte do IBGE e Pnad Continua – maio/2020 com taxa de 10%
63 desocupação; pessoas na força de trabalho acima de 14 anos sendo: 5.863.768; pessoas
64 desocupadas: 584.697 e pessoas ocupadas: 5.278.830, totalizando o montante de pessoas
65 ocupadas +beneficiarias: 8.424.276 e estimativa de pessoas que não receberam o benefício de
66 311.738. Foi realizado um demonstrativo do CAGED entre os meses de janeiro a dezembro de
67 dois mil e dezenove, um total de 68.827 trabalhadores registrados em carteira de trabalho,
68 sendo 34.393 admitidos e 34.434 desligados, se fosse realizado pela taxa de 10% de
69 desocupação, fonte: IBGE – Pnad Continua maio/2020, essa base seria de 6.883 pessoas fora
70 da força de trabalho. Houve a extração da receita federal, pelo CNAE, fonte: Estudo Preliminar
71 de Impacto da Lei de Emergência Cultural – Aldir Blanc em Pernambuco/ Secult – Jul/2020 -
72 Seleção de CNAE da Cultura, total de 41.226 organizações sociais de cultura, sendo 838
73 organizações; 39.696 MEI's e 692 EPP/ME (Microempreendedor). Responsabilidades da renda
74 básica: O Estado assumirá, de forma integral, a operação e o pagamento da renda emergencial
75 mensal para trabalhadores(as) da cultura; Aos Municípios o auxílio na busca ativa dos
76 postulantes ao cadastramento dos beneficiários. Parâmetros do cadastramento: Cadastro em
77 Plataforma Digital com autodeclaração (comprovação por meio de declarações); Formulário
78 padrão em âmbito nacional; Validação e Homologação: Cruzamento das informações com as
79 bases de dados federal pela Dataprev; Beneficiário ter no mínimo 18 anos de idade;
80 Operacionalização do pagamento através de instituição financeira conveniada. Cadastro:
81 Lançamento de edital de cadastramento com data de abertura e encerramento para pessoa
82 física; Plataforma para inscrição e validação dos dados: SIC.Cultura – Sistema do Governo do
83 Paraná: Criação de ambiente responsivo e acesso exclusivo para atender o cadastramento dos
84 beneficiários da Lei Aldir Blanc. Informou que o formulário elaborado atende todos os critérios
85 da Lei 14.017/2020: Art. 6º Farão jus à renda emergencial prevista no inciso I do caput do art.
86 2º desta Lei os trabalhadores e trabalhadoras da cultura com atividades interrompidas e que
87 comprovem: I - terem atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24
88 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação desta Lei, comprovada a
89 atuação de forma documental ou autodeclaratória; II - não terem emprego formal ativo; III -
90 não serem titulares de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiários do seguro-
91 desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa
92 Família; IV - terem renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo ou renda
93 familiar mensal total de até 3 (três) salários-mínimos, o que for maior; V - não terem recebido,
94 no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e

95 cinquenta e nove reais e setenta centavos); VI - estarem inscritos, com a respectiva
96 homologação da inscrição, em, pelo menos, um dos cadastros previstos no § 1º do art. 7º desta
97 Lei; e VII - não serem beneficiários do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de
98 abril de 2020. Na sequência, foi realizado a demonstração de como seria o design do
99 formulário, com os respectivos questionamentos já apresentado e aprovado em reuniões
100 anteriores do Conselho Estadual da Cultura. Expectativa da distribuição: valor estimado ao
101 Paraná: R\$ 71.915.814,94, retirando-se 20% para o fomento, ficariam R\$ 65.281.142,95 a serem
102 distribuídos com estimativa R\$ 3.000,00 em cinco parcelas de R\$ 600,00, atenderia 21.760
103 beneficiados. Sem considerar o montante dos municípios, nem o pagamento em duas cotas no
104 caso de mulher provedora de família monoparental. O fluxo de atividades seria: 1)
105 Cadastramento dos trabalhadores(as) de cultura; 2) Validação, cruzamento de informações com
106 as bases de dados do Governo Federal (DataPrev), com as bases do SIC.Cultura e homologação
107 do cadastro e levantamento de inconsistências. 3) Pagamento, disponibilizar pagamento aos
108 beneficiários elegíveis em instituição bancária, aguardar saque do benefício; 4) Prestação de
109 Contas, recebimento da base de pagamento e saque da instituição bancária, geração de
110 relatórios. Informou como será a lógica de programação, junto a CELEPAR para validação dos
111 cadastros. A superintendente Luciana, informou que esse formulário apresentado foi pactuado
112 a nível nacional e questionou aos conselheiros se havia alguma dúvida. O conselheiro Fernando
113 questionou se o valor da renda será subtraído do recurso que virá aos municípios ou se esse
114 recurso será assumido pelo Estado. A superintendente e presidente dessa reunião, informou
115 que o pagamento da renda emergencial será exclusivo do Estado e o valor que será destinado
116 aos municípios será designado apenas para o subsídio e fomento. O conselheiro Hécio,
117 questionou se haverá recurso remanescente na distribuição dos Estados e qual seria o valor
118 unitário da renda emergencial, informou que houve uma discussão no grupo de trabalho do
119 fomento de uma maneira para criação da proposta da doação civil ser um valor diferenciado
120 dos R\$ 600 reais, passando a ser um salário mínimo e meio, sugerido pela conselheira Soraya,
121 parabenizou a apresentação em relação ao número de pessoas beneficiadas e preocupou
122 quanto ao valor destinado à renda ter um alcance a todos os requerentes. A superintendente
123 Luciana, disse que ainda não há um número exato de beneficiários para a renda, devido ainda
124 não ter sido realizada a abertura do cadastramento e informou que se as parcelas realmente
125 forem de três ou cinco, é possível atender operacionalmente entorno de vinte mil beneficiários
126 e relatou como houve a demonstração na apresentação, o Paraná foi um dos mais beneficiados
127 na renda emergencial federal e lembrou que para quem foi contemplado dessa maneira, não
128 poderá receber a renda emergencial do Estado e talvez não será utilizado 80% do recurso
129 financeiro no pagamento da renda e o montante remanescente será automaticamente aplicado
130 no Fomento. O conselheiro Hécio informou que se houver a burocracia em relação as
131 exigências dos pré-requisitos de ser beneficiado na renda emergencial federal, não poderá
132 solicitar a renda emergencial estadual, poderá haver um empecilho para atendimento da Lei
133 Aldir Blanc, e relatou se há alguma forma de desburocratizar essa emergência no governo
134 federal que já está sendo paga e relatou que pode ocasionar em montante remanescente, por
135 ser a mesma base de dados e se possível a resposta ser realizada através de quantidade. A
136 superintendente Luciana, reformou que não foi realizado o cadastramento e informou que há
137 trezentos e onze mil pessoas no Estado que ainda não receberam a renda emergencial do
138 governo Federal, pelo cruzamento de dados, se a capacidade operacional é em torno de vinte
139 mil nomes e esta sendo trabalhado em cima de estimativas, não há o levantamento ainda,
140 devido a regulamentação e o cadastro ser disponibilizado anteriormente. O conselheiro Hécio
141 propôs repensar o valor das parcelas que dessa maneira não tenha recurso remanescente. A

142 secretária Geral, Elietti, informou que já há na Lei, o valor pré estabelecido nominal a ser pago
143 e os requisitos para o acesso, dessa maneira, não é possível realizar alteração no que a Lei já
144 estabeleceu sobre os critérios de elegibilidade. O conselheiro Laercio, informou que entende a
145 preocupação do conselheiro Hélcio, mas vê alguns questionamentos com bastante reserva,
146 como por exemplo, não podemos pensar em desburocratizar quando existe uma fiscalização de
147 Tribunal de Contas do Estado- TCE e Tribunal de Contas da União – TCU, por que existe uma
148 regulamentação que não é do Estado. A Secretaria de Comunicação Social e da Cultura está
149 apenas repassando esses recursos e deve obedecer rigorosamente as regras de exigência da
150 concessão do benefício, não há muita discricionariedade nas qualificações necessárias para que
151 os beneficiários possam pleitear os benefícios, diante disso, o conselho não tem a competência
152 de alterar essas exigências, podemos através de uma capacidade enorme de trabalho fazer o
153 levantamento do universo, que talvez não seja o definitivo, portanto não é possível informar se
154 sobrar ou não recurso financeiro, será trabalhado na medida que acontecer. O conselheiro
155 Joaquim, relatou que houve um questionamento na região, referente a muitas comunidades e
156 trabalhadores com dificuldade com sistemas e entende que isso pode ocorrer no Brasil a fora,
157 por exemplo, comunidades indígenas, ribeirinhos, etc., questionou se existe uma metodologia
158 de inscrição que não seja pela internet, se haverá por telefone, como podemos atingir as
159 pessoas que tem dificuldade desse acesso. A superintendente Luciana, relatou que houve
160 debates referentes à inscrição via telefone, mas foi orientado até o momento que o
161 beneficiário precisa preencher a auto-declaração, porque é justamente para desburocratizar e
162 reforçou que entende esse levantamento apontado pelo conselheiro, solicitou apoio de todos
163 os municípios, dirigentes culturais para ajudar nessa busca ativa, sugeriu ser realizado uma
164 parceria com os CRAS, agência do trabalhador por estarem em todos os municípios e aptos a
165 orientar esses beneficiários, realizou a leitura do comentário da conselheira Anna Zetola,
166 referente aos custos remanescentes que talvez não haverá e poderá faltar recursos financeiros,
167 no entanto, ainda não há um levantamento, mas torce para que todos sejam atendidos. O
168 conselheiro James, cumprimentou a todos, apoiou o apontamentos do conselheiro Joaquim
169 referentes às comunidades que estão distantes dos centros das cidades, sugeriu realizar uma
170 parceria entre a Superintendência de Cultura, a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia
171 e ensino superior, e as universidades que tem os núcleos de estudos afro-brasileiros indígenas
172 - NEABI, visto que possuem alunos dessas comunidades indígenas e quilombolas, para atuar
173 nesse processo de levar o conhecimento da Lei, além de poderem ser pontos de referência para
174 auxiliar nos cadastros. A superintendente Luciana, informou que é importante ser realizado o
175 encaminhamento da sugestão do conselheiro James, relatou que há estudos para fazer parceria
176 em todos as áreas e haverá esta inclusão. O conselheiro Joaquim, questionou a possibilidade de
177 pensar a nível nacional, a utilização de um aplicativo de celular para essas inscrições, para
178 facilitar o acesso das pessoas com dificuldades, algumas de locomoção ou equipamentos,
179 relatou as sugestões de utilizar equipamentos públicos como CRAS, escolas, agência do
180 trabalhador são excelentes. Luciana, informou que a elaboração de um aplicativo seria muito
181 demorada e o programa/cadastro/formulário é possível acessar pelo celular, no site da
182 secretaria haverá uma aba exclusiva da Lei Aldir Blanc. A secretária geral, Elietti, informou que
183 está sendo preparado um webcard, que terá um link que levará direto ao cadastro para facilitar
184 o acesso. A estatístico Adriane, complementou que o técnico Edson verificou que há um prazo
185 de aprovação de homologação para lançamento de aplicativo, não sendo viável devido ao curto
186 prazo. A conselheira Gilmara observou que devido à situação emergencial, é preciso prestar
187 apoio às entidades necessitadas e ter um pessoal para auxiliar, assim como os municípios
188 disponibilizarem pessoas para dar apoio no cadastramento daqueles que tiverem dificuldade.

189 Luciana, solicitou apoio dos conselheiros para ajudar na divulgação nos municípios. O
190 conselheiro Joaquim, apontou que as propostas são para facilitar e colaborar com os debates,
191 relatou como está sendo organizado em Foz do Iguaçu e informou que todos os municípios
192 estão na preparação para prestar apoio nas estruturas para os artistas terem esse acesso ao
193 benefício. O conselheiro Hércio questionou o recebimento da verba pelos municípios e estados.
194 Luciana respondeu ao conselheiro Hércio que não há nenhuma notícia até o momento, explicou
195 o motivo de não ter sido realizado o cadastramento ainda e colocou para aprovação o início do
196 cadastramento que foi pactuado a nível nacional independente da regulamentação na próxima
197 quinta feira e se todos os conselheiros estão de acordo. Após todos os conselheiros presentes
198 estarem de acordo, foi tratado o segundo tema da pauta: Apresentação do resultado do grupo
199 de trabalho do subsidio emergencial aos espaços de cultura, realizado pela coordenadora da
200 coordenação de incentivo cultural, Wanessa que iniciou sua apresentação com os formulários.
201 O primeiro será preenchido pelos espaços culturais e o segundo é destinado aos municípios que
202 queiram aderir ao Sistema de Informação da Cultura (SIC) da SECC, esses formulários também
203 foram alinhados em grupo de trabalho a nível nacional. Os municípios que aderirem ao SIC,
204 terão acesso à base de dados com as respostas dos espaços culturais. Após término da
205 apresentação foram realizados os apontamentos dos conselheiros, iniciados pelo conselheiro
206 Hércio que parabenizou a apresentação e relatou sobre o ofício dos conselho municipal de
207 Ponta Grossa ao CONSECC, que trata-se do prédio da casa da memória fundada em mil
208 novecentos e oitenta e quatro, sendo utilizado pela Polícia Militar por indicação do prefeito e
209 sugeriu a realização de uma moção de repúdio, questionou como os espaços se autodeclararam
210 comunitários para utilização do recurso, conforme estabelece na Lei Aldir Blanc, artigo 8, e
211 sugeriu na parte que trata da contrapartida, possibilitar o uso do espaços culturais, mas devido
212 ao período de pandemia, seja realizado uma observação em relação a isso, como utilizar esse
213 espaço nesse período, sugeriu que seja pensado outras formas para uso do espaço cultural. A
214 coordenadora Wanessa, informou que com relação ao caráter comunitário é auto declaratório,
215 no caso de grupo ser um coletivo cultural, deverá informar todos as pertencentes através de
216 declaração e apresentação do portfolio de ação da atividade da atividade executada, sendo
217 espaço ou praça e em relação a contrapartida, o município precisará avaliar, a contrapartida
218 apresentada pelo grupo que ficará a cargo do gestor municipal, as abas estão sendo
219 disponibilizadas para essa apresentação da proposta de contrapartida e para questão da
220 utilização dos espaços culturais no momento de pandemia, ficará para o município avaliar. O
221 conselheiro Fernando solicitou a inclusão de alguns pontos, como lojas e pontos de vendas de
222 artesanato, bares com música ao vivo e atividades culturais, costureiras de figurinos teatrais e
223 escolas de samba, bandas e fanfarras, festas comunitárias e por ultimo os profissionais de
224 informação e divulgação, relatou que tem recebido várias indagações sobre emissoras
225 comunitárias educativas, por exemplo, rádios, emissoras, tvs educativas, se haveria a inclusão
226 nesse formulário. Wanessa, informou que precisará ser realizada uma avaliação da
227 documentação apresentada pela empresa/instituição, pois terá que se adaptar ao regulamento
228 da Lei, ter atividade cultural, comprovação durante o período de dois anos e se há atividade
229 interrompida no período da pandemia, a avaliação será caso a caso e em relação aos pontos
230 que não estão incluídos no formulário dependerá: se for pessoa física, por exemplo, costureira,
231 entraria na renda emergencial, não aplicaria para espaços culturais, será preciso avaliar qual
232 requisito cada um se enquadrará. O conselheiro Alan, cumprimentos a todos e relatou ter dois
233 questionamentos: o primeiro seria acumulação de valores, por exemplo, um espaço que
234 receber recurso pelo Estado, poderia receber pelo Município; o segundo conforme seu
235 entendimento do formulário, seria apenas para espaços culturais, ou seja locais que recebem

236 público/pessoas, e não para as empresas culturais, citou por exemplo, no caso da costureira ter
237 um CNPJ e não estar conseguindo manter as despesas dessa empresa. Wanessa, explicou na Lei
238 são listados vários pontos, no caso da costureira, se ela tiver um MEI, poderia ser considerado
239 como espaço cultural, mas precisaria comprovar atividades exercidas, não apenas para o
240 espaço cultural e acúmulo de valores, explicou que os recursos que vem da união são do inciso
241 segundo direcionado aos espaços de cultura e será o gestor municipal que destinará aos
242 espaços, dessa maneira não há possibilidade de acumular os valores. Luciana, questionou se a
243 pessoa pode receber do espaço como do município, por exemplo, sou atriz de teatro, mas
244 também sou responsável por uma escola de teatro, dessa maneira tenho direito a renda como
245 pessoa física e como pessoa jurídica direito ao subsídio, se poderia receber os dois benefícios. O
246 assessor jurídico André informou que sim, a ideia seria fazer que a folha de pagamento, se essa
247 responsável for registrada como funcionária da escola de teatro, receberia pelo teatro, pois é
248 um custo operacional do quadro próprio do teatro, se não for registrada teria que buscar a
249 renda emergencial, dessa maneira a responsável do espaço cultural receberia a renda para
250 benefício próprio e para o pagamentos do seu espaço seria atendido pelo subsídio. A
251 conselheira Anna, cumprimentou a todos e questionou se o município não aderir a Lei Aldir
252 Blanc, como ficam os espaços culturais e coletivos dessas cidades. Wanessa, informou que
253 dependerá da regulamentação, porque o município receberá esse recurso e a dúvida ficaria se
254 esse valor retornaria para o Estado executar essa ação ou se o recurso é devolvido para a
255 União. A conselheira Soraya, relatou que normalmente no formulário há apenas uma opção de
256 escolha com relação ao segmento, as vezes na cultura as mulheres e os espaços de culturas são
257 múltiplos, o interessante seria haver mais opções para identificar a atuação dos trabalhos e a
258 dificuldade dos municípios do interior identificar os espaços de cultura, refletiu no módulo de
259 gerenciamento os movimentos mais simples e organizações que não estão acostumadas com
260 questões burocráticas de planilha e a questão da contrapartida pode criar futuros problemas,
261 preocupou-se com o preenchimento no formulário, questionou os segmentos devido haver
262 cultura alimentar e não ter a cultura hip hop. Wanessa, informou que para segmentos não
263 contemplados no formulário, serão atendidos, podendo assinalar o campo outros e ali será
264 identificado o campo de atuação ou sua representação cultural e o município precisará apoiar
265 no preenchimento do formulário. A conselheira Soraya, pontuou a dificuldade dos municípios
266 em identificar os espaços de cultura e a assessoria no interior do Estado, sendo necessário um
267 planejamento estratégico ou apresentar um programa estadual para abarcar todas as
268 demandas dos 399 municípios. Elietti esclareceu que o papel do Estado em relação ao subsídio
269 será disponibilizar, capacitar para uso da ferramenta para gerenciamento, realizar um termo de
270 adesão para os municípios que se interessarem a utilizar o sistema de informação de cultura –
271 SISPROFICE e caberá ao município realizar o chamamento específico para o cadastramento dos
272 espaços, informou que a ferramenta está apta para aderir conforme o prazo estipulado pelo
273 município, pelo fato de cada município receber o dinheiro em datas diferentes, assim como
274 tramita internamente o edital de chamamento, ainda citou que haverá uma capacitação das
275 procuradorias municipais para ajudar na interpretação da Lei, monitorar e apoiar tecnicamente
276 os municípios, além da parceria da OAB com a Superintendência de Cultura. O assessor jurídico
277 André respondeu o questionamento da conselheira Soraya em relação aos segmentos, esses
278 foram amplamente debatidos no Fórum Nacional dos Gestores de Cultura, levando em
279 consideração a preocupação da interpretação e possibilidade de acrescentar itens regionais ou
280 nacionais, mas com força somente em determinadas regiões, relatou o exemplo do gestor de
281 cultura de Salvador com interesse em incluir terreiro no formulário em seu Estado, já que tem
282 dois mil registrados, uma demanda que possivelmente não será atendida e ficou pactuado

283 nesse formulário padrão. Luciana questionou ao técnico Edson se o fato de mudar no
284 formulário padrão o item cultura alimentar e acrescentar a cultura hip hop, poderia gerar
285 problemas na comparação da base de dados entre o nosso sistema e o nacional ou se apenas
286 poderia substituir. A Adriane informou que sim, poderá conflitar, porque foi estruturado
287 perguntas e respostas padrões para resultar em um mapa nacional. Elietti sugeriu ser realizada
288 uma análise técnica para a proposta sugerida pela conselheira Soraya de inclusão da cultura hip
289 hop no formulário. O conselheiro Giovanni Cosenza, cumprimentou a todos, reiterou que seja
290 refeita eleições complementares para as áreas que não foram preenchidas com seus
291 respectivos conselheiros, por exemplo dança, circo e macrorregião sudoeste, concordou com a
292 moção de repúdio pela casa de cultura do município de Ponta Grossa e solicitou um retorno
293 sobre o assunto. Luciana informou que até o momento não teve conhecimento sobre o ofício e
294 assim que receber dará uma resposta, sobre a reeleição foi encaminhada ao Diretor Geral para
295 análise e deliberação final. A conselheira Soraya, questionou se houve discussão no grupo de
296 trabalho do subsídio sobre os critérios para facilitar o olhar do gestor. Wanessa explicou que a
297 análise dos critérios dependerá das peculiaridades dos municípios e poderá ser realizada a
298 definição que melhor se encaixe em cada realidade. O diretor geral, Gilberto, cumprimentou a
299 todos, informou que há eleições municipais neste ano, devido a pandemia e ao risco de
300 contágio por possíveis aglomerações, dentre outras crises, foi decidido adiar as eleições e seria
301 irresponsabilidade propor essas reeleições nesse momento. Lembrou que no momento da
302 eleição não houve articulação desses segmentos, sendo assim, já que nesse momento não pode
303 haver contato social, posteriormente esse assunto será retomado com urgência. Luciana
304 propôs a deliberação e votação nominal do formulário. Aprovação com ressalvas com consulta
305 técnica para inclusão do hip hop, desde que não modifique as datas: Anna Paula Zetola, Brendo
306 Carvalho, Deivid Carlos Santos Lima, Dheferson dos Santos Ferreira, Eliane Somacal Gauze,
307 Elietti de Souza Vilela, Gilmar Gastaldon Piantá, Giovanni Amaral Cosenza, Giovanni Comodo,
308 Harisson Camargo, Joaquim Rodrigues da Costa, James Rios Oliveira Santos, Leonardo
309 Franceschi Ferreira, Maristela Massaro Carrara Bruneri, Norbert Heinz, Nelson Roberto Catucci,
310 Pedro Augusto Pereira Gonçalves, Rafael Torrente, Mariana de Souza Bernal, Silvio Kurzlop,
311 Soraya Lucas do Amaral. Aprovar o formulário da forma que está pactuado a nível nacional:
312 Doraci Senger Luy, Eder Fernando Nascimento, Fernando Rohnelt Durante, Laércio Lopes de
313 Araújo, não aprovo: Hércio Luiz Wendler Kovaleski, absteve: Gehad Ismail Hajad. O conselheiro
314 Hércio, agradeceu pelos esclarecimentos do diretor geral, Gilberto, informou que a eleição
315 anterior foi realizada online e não estava em período de pandemia, informou que há uma
316 desproporção brutal da sociedade civil em relação aos conselheiros do poder público, visto que
317 são três cadeiras a menos que estão previstas no regimento e frisou que necessita mudança
318 nesse documento com tratativa urgente, quanto à eleição online acredita que não se justifica o
319 risco do contato social e solicitou formalização via e-mail, apontou que são quatro signatários
320 do ofício relacionado à reunião de Londrina e sete signatários àqueles pontos que não foram
321 incluídos, todos tem interesse em receber a resposta e parecer da não inclusão dos três pontos,
322 sendo preciso equilibrar sociedade civil e poder público. O conselheiro Giovanni complementou
323 sobre a necessidade da realização de nova eleição online com indicação por órgãos
324 representativos de classes, reafirmou os apontamentos do conselheiro Hércio, pontuou a rápida
325 substituição de membros do conselho do governo quando há baixa e vê um problema pelo fato
326 da sociedade civil não ter essa mesma agilidade na substituição, sendo assim não vê motivo
327 para que não sejam colocados novos membros da sociedade civil, acrescenta que ocorreu
328 problema na indicação de nomes na eleição já que todas as áreas estavam representadas,
329 diante disso há interesse e vontade das áreas. O diretor Geral, Gilberto, agradeceu a

330 cordialidade dos conselheiros, relatou já ter sido conselheiro e informou a importância de
331 haver eleições democráticas com ampla participação da sociedade civil e divulgação desse
332 momento, porque independente que seja um ou vários votos, o conselheiro eleito está
333 representado/respalhado pela escolha da sociedade civil/segmento da cadeira. O conselheiro
334 Hércio, relatou que essas áreas não estão sendo representadas para atender seus aspectos na
335 Lei Aldir Blanc e que a eleição deveria ter sido tratada anteriormente. O terceiro item da pauta
336 foi o resultado do grupo de trabalho – fomento. Luciana informou que na última reunião do GT
337 Fomento ficou decidido que haveria apresentação de duas propostas, sendo a primeira opção
338 trabalhar em três eixos proposta pelo governo e a segunda do GT Fomento seria em trabalhar
339 apenas um eixo. Essa divisão ocorreu pelo fato da proposta escolhida pelos conselheiros,
340 programa de bolsa, foi encaminhado para consulta da Procuradoria Geral do Estado e por não
341 haver um parecer ainda, o governo optou por manter os três eixos, dessa maneira, caso haja
342 algum empecilho em uma opção, haverá outras. Acrescentou que devido ao término reunião
343 ser às 13h e em função de possuir uma outra reunião com o Governador, não poderá ser
344 estendida essa reunião além desse tema ser complexo, sendo assim sugeriu uma reunião
345 extraordinária para sexta-feira pela manhã, caso os conselheiros necessitem de reflexão e
346 debates, será tratado exclusivamente esse tema. Iniciou uma votação nominal para definir se o
347 tema deverá ser discutido nessa reunião e apresentado em quinze minutos a proposta dos
348 conselheiros e quinze minutos a proposta do governo ou o assunto deverá ser debatido em
349 uma reunião extraordinária. O conselheiro Giovanni propôs serem informados os eixos antes de
350 iniciar a votação. O conselheiro Fernando sugeriu realizar essa reunião na sexta-feira, pois
351 talvez já haveria o parecer/definição da procuradoria geral do Estado e haveria uma definição
352 concreta. Luciana, concordou com o conselheiro Fernando e relatou que irá apresentar os
353 tópicos dos eixos, como proposto pelo conselheiro Giovanni. A proposta que o Governo
354 defende será trabalhar três eixos, sendo eles: Bolsa Auxílio Cultura Paraná, Edital projetos
355 Culturais Paranaenses e Edital Prêmio de reconhecimento de Trajetória e a proposta do GT –
356 Fomento seria apenas a Bolsa Auxílio Cultura Paraná. Ficou decidido pelos conselheiros
357 presentes que seja realizado uma reunião extraordinária na sexta-feira e o conselheiro Gehad
358 se absteve. A finalização da reunião se deu com os informes gerais, Elietti relatou a síntese da
359 reunião sendo: processo de cadastramento, formulário de renda e subsídio com a ressalva da
360 possibilidade de inclusão do hip hop e seguindo pendente o resultado do fomento que será
361 apresentado na próxima reunião extraordinária. O conselheiro Fernando realizou um registro
362 da perda de um grande artista plástico do município de Ponta Grossa, Beto Carlinhos. O
363 conselheiro Brendo realizou uma contextualização geográfica da Casa da Memória que remete
364 o passado do município ligado à ferrovia e um dos patrimônios culturais edificados mais antigos
365 da cidade é uma estação do século XIX, onde talvez Dom Pedro Segundo tenha passado para
366 visitar a cidade, sua construção são arenitos e furnas, típicos da região, características
367 europeias de construção, prédio que já sofreu com incêndios no decorrer da história, mas
368 atualmente encontra-se na parte central da cidade, o parque ambiental de Ponta Grossa,
369 conhecido Governador Manoel Ribas e nele encontra-se duas estações, a Ponta Grossa e a
370 estação Paraná. A Estação Paraná, teve diversos usos e atualmente está sendo cedida à Casa da
371 Memória, um patrimônio estadual, instituição que possui preservação de acervos e por vezes
372 permite alguns eventos, como mini cursos educativos sobre patrimônio, no entanto, não
373 podemos confundir, a Casa da Memória é o acervo, um local de preservação dos
374 acontecimentos, é um acervo com mais de quarenta mil negativos de fotos que tiradas pelo
375 fotógrafo Luis Bianchi, um dos maiores acervos de fotos antigas do país, sem contar os outros
376 elementos, como peças, objetos, artefatos antigos que representa a memória da cidade.

377 Devido à circulação de pessoas no Parque Central, teve solicitação do coronel da PM que o
378 prédio da Estação Paraná fosse cedido para a Polícia Militar, ocasionado polêmica, devido sua
379 divulgação ter sido realizada pelas redes sociais. Mesmo existindo uma Lei da Casa da Memória
380 que determina o uso do prédio, o prefeito informou que a Casa da Memória seria transferida
381 para a Casa Hilda, gerando mobilização dos responsáveis pelo patrimônio cultural e do conselho
382 municipal de cultura. O conselheiro Fernando que também é membro do conselho municipal,
383 informou que uma reforma no local que estaria sendo realizada com recursos da polícia militar
384 para encontrar soluções e foi elaborado um pedido de projeto para esclarecimento do assunto.
385 O conselheiro Hélcio relatou que o conselho municipal de política cultural de Ponta Grossa
386 enviou ao ministério público no dia trinta de julho, uma ação pública contra a decisão da
387 prefeitura e um ofício para o presidente da câmara municipal de Ponta Grossa, por razões que
388 o conselheiro desconhece, não chegou ao destinatário e tem interesse em saber a justificativa,
389 propôs como encaminhamento do conselho estadual de cultura – CONSEC, uma moção de
390 repúdio e para que o responsável do poder público, patrimônio, se manifeste a respeito do
391 tema. O conselheiro Brendo apoiou o conselheiro Hélcio e demonstrou apoio ao conselheiro
392 Fernando, que está à frente do assunto, na fundação municipal de Ponta Grossa. O conselheiro
393 Fernando, informou que houve um pedido da polícia Militar para uso da Estação Paraná, apoiou
394 os apontamentos do conselheiro Brendo e informou a diferença entre a Casa da Memória e a
395 Estação Paraná, relatou que a integridade do acervo está comprometida, já que foi retirado da
396 Casa de Memória e alocado num espaço em péssimas condições. Acrescentou ainda que essas
397 modificações do prédio precisariam de autorização desse conselho e do conselho municipal de
398 Patrimônio Cultural de Ponta Grossa – COMPAC, mas não houve nenhum pedido oficial à
399 Fundação Municipal de Cultura e nenhum pedido de projeto ao COMPAC. Relatou ainda que
400 todos esses tramites são necessários para realizar alterações ou remanejamentos na Casa da
401 Memória para a polícia militar, mas tratativas estão sendo realizadas para manutenção do
402 prédio dentro da cultura na cidade e a polícia militar já tem sede no Parque Ambiental, além
403 disso, a Estação Paraná é um prédio bastante frágil e antigo, conforme o conselheiro Brendo
404 relatou, foi construído com rochas vindas do litoral. O conselheiro Giovanni reforçou o pedido
405 do conselheiro Hélcio, sobre a moção de repúdio e que o nosso conselho encaminhe ao
406 conselho estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – CEPHA para haver um parecer e
407 posteriormente haver uma divulgação pública. O conselheiro Gehad, reforçou o pedido dos
408 conselheiros Hélcio e Giovanni, para que os conselhos estaduais apoiem os conselheiros e
409 técnicos municipais. A superintendente Luciana, informou que há importância desse relato ser
410 submetido à coordenação de patrimônio do Estado e foi realizada a votação para moção de
411 repúdio proposta pelo conselheiro Hélcio. Os conselheiros presentes aprovaram a moção de
412 repúdio, apenas a conselheira Maristela não concordou. Para finalizar, a conselheira Elietti,
413 informou que na quinta-feira haverá um diálogo com os municípios para orientar o
414 cadastramento. Sem nada mais a tratar, a reunião foi encerrada, secretariada, relatada em ata
415 e assinada por mim, Franciele dos Santos Bernabé Fernandes, e assinada pelos demais
416 conselheiros e técnicos.

Curitiba, 11 de agosto de 2020.

Franciele dos Santos Bernabé Fernandes
Secretária Executiva do CONSEC – SECC/PR

Adriane Santos
Estatístico SECC/PR

Allan Kolodzieiski
Assessor – SECC/PR

Allan Rogerio Gaitarosso
Macrorregião Noroeste

André Avelino da Silva
Assessor Jurídico – SECC/PR

Anna Paula Zetola
FIEP/PR

Brendo Carvalho
Patrimônio Cultural

Caetano Pires Tossulino
Manifestações populares, tradicionais e
étnicas da Cultura

Daltron Moreira Rocha Neto
Assessor Jurídico – SECC/PR

Deivid Carlos Santos Lima
Literatura

Dheferson dos Santos Ferreira
Macrorregião Oeste

Doraci Senger Luy
Macrorregião Centro-Sul

Eder Fernando Nascimento
SEED/PR

Eliane Somacal Gauze
Macrorregião Sudoeste

Elietti de Souza Vilela
Secretária Geral do CONSEC – SECC/PR

Fernando Rohnelt Durante
Macrorregião Campos Gerais

Gilberto Antônio de Souza Filho
Diretor da Secretaria de Comunicação Social e
da Cultura – SECC/PR

Gehad Ismail Hajad
Ópera

Gilmara Gastaldon Piantá
Macrorregião Campos Gerais

Giovanni Amaral Cosenza
Teatro

Giovanni Comodo
Audiovisual

Harrisson Camargo
Macrorregião Litoral

Hélcio Luiz Wendler Kovaleski
Macrorregião Campos Gerais

James Rios Oliveira Santos
UENP/PR

João Evaristo Debiasi
Secretário da Secretaria de Comunicação Social
e da Cultura – SECC/PR

Joaquim Rodrigues da Costa
Macrorregião Oeste

Laércio Lopes de Araújo
SEFA/PR

Leonardo Franceschi Ferreira
Música

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Superintendente da Secretária de Comunicação
Social e da Cultura

Mariana de Souza Bernal
CAC/SECC/PR

Maristela Massaro Carrara Bruneri
SESC/PR

Nelson Roberto Catucci
Macrorregião Nordeste

Norbert Heinz
Macrorregião Centro Sul

Pedro Augusto Pereira Gonçalves
Macrorregião Curitiba e Região
Metropolitana

Pedro Furlan
Assessor – SECC/PR

Rafael Torrente
Macrorregião Noroeste

Silvio Kurzlop
Macrorregião Curitiba e Região Metropolitana

Soraya Lucas do Amaral
Macrorregião Nordeste

Thatianne Andrea da Silva
Artes Visuais

Wanessa Cardoso Wiacek Hoinacki
CIC/SECC/PR



ePROTOCOLO



Documento: **20110820204Reuniaoextraordinaria.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Franciele dos Santos Bernabé** em 07/06/2021 11:55, **Silvio Kurzlop** em 07/06/2021 12:04, **Laercio Lopes de Araujo** em 07/06/2021 12:59, **Caetano Pires Tossulino** em 07/06/2021 13:33, **James Rios de Oliveira Santos** em 07/06/2021 14:38, **Mariana Souza Bernal** em 07/06/2021 14:57, **Anna Paula Zetola** em 07/06/2021 17:14, **João Evaristo Debiasi** em 07/06/2021 18:40, **Giovanni Alencar Comodo** em 08/06/2021 00:00, **Harrison Moreira de Camargo** em 08/06/2021 09:27, **Pedro Augusto Pereira Goncalves** em 09/06/2021 12:12, **Leonardo Franceschi Ferreira** em 09/06/2021 13:46, **Gilmara Gastaldon Pianta** em 09/06/2021 17:57, **Elietti de Souza Vilela** em 09/06/2021 19:22, **Maristela Massaro Carrara Bruneri** em 10/06/2021 09:09, **Eder Fernando do Nascimento** em 10/06/2021 09:34, **Luciana Casagrande Pereira Ferreira** em 10/06/2021 14:39, **Deivid Carlos Santos Lima** em 10/06/2021 18:06, **Dheferson dos Santos Ferreira** em 11/06/2021 15:46, **Joaquim Rodrigues da Costa** em 14/06/2021 08:43, **Andre Avelino da Silva** em 14/06/2021 09:22, **Soraya Amaral** em 14/06/2021 12:55, **Daltron Moreira Rocha Neto** em 14/06/2021 15:27, **Rafael Lucas Torrente** em 14/06/2021 16:32, **Thatianne Andrea da Silva** em 15/06/2021 13:05, **Adriane Isabelle Fagundes dos Santos** em 15/06/2021 17:43, **Alan Rogério Gaitarosso** em 16/06/2021 10:56, **Allan Kolodzieiski** em 17/06/2021 15:44, **Norbert Padilha Heinz** em 06/07/2021 10:30.

Inserido ao protocolo **17.714.142-9** por: **Franciele dos Santos Bernabé** em: 07/06/2021 11:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:

c9e6bdb14ae86aff26d22688bf2acb2c.